

**Inquérito Civil SIG/MP n. 06.2019.00001224-8**

**Objeto:** Apurar a notícia de irregularidade na manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA pelo Município de Anchieta-SC.

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado pelo seu Promotor de Justiça Saulo Henrique Alessio Cesa, doravante denominado **COMPROMITENTE**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, com fundamento no artigo 127, caput, e no artigo 129, incisos II e III, ambos da Constituição Federal; no artigo 25, inciso IV, da lei n. 8.625/1993; e no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985; e os doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS: MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o n. 83.024.687/0001-22, com sede na Avenida Anchieta, n. 838, Bairro Centro, Anchieta-SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Ivan José Canci; e **CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ANCHIETA**, neste ato representado por sua Presidente, Ione Teresinha Presotto,

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimidade ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses e direitos afetos à infância e juventude, com base no artigo 129, inciso III, da Constituição Federal, e nos artigos 201, inciso V, e 223, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente;

**CONSIDERANDO** a Resolução n. 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a qual "*dispõe sobre os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências*";

**CONSIDERANDO** que o CONANDA, no artigo 1º, *caput*, da sua Resolução n. 105, de 15 de junho de 2005, definiu os Conselhos dos Direitos da

Criança e do Adolescente como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido de implementação desta mesma política e responsáveis por ficar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes, ainda, zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

**CONSIDERANDO** as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina constantes no manual "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente";

**CONSIDERANDO** que *"a destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação do CMDCA"* (artigo 8º, § 3º, Resolução 137/2010 do CONANDA);

**CONSIDERANDO** que, após a análise da documentação acostada ao presente Inquérito Civil, verificou-se que o Município de Anchieta e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente da municipalidade não vêm cumprindo na integralidade as disposições da Resolução n. 137 do CONANDA no que concerne ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal n. 966/94, que instituiu o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Anchieta, não contempla, em seus dispositivos, as vedações elencadas pela Resolução n. 137 do CONANDA acerca da destinação dos recursos do fundo; e

**CONSIDERANDO** a necessidade de adequação do Fundo Municipal da Infância e do Adolescente – FIA pelo Município de Anchieta às normas legais e regulamentares de regência;

**RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com supedâneo no artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85, na Resolução n. 179/2017/CNMP e no artigo 25 do Ato n. 395/2018/PGJ,

para tanto pactuando as seguintes cláusulas:

## **1 – DO OBJETO**

**Cláusula 1ª.** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objeto a adequação, pelo Município de Anchieta-SC, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA às disposições previstas na Resolução n. 137/2010 do CONANDA.

## **2 – DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMISSÁRIOS**

**Cláusula 2ª.** O Município de Anchieta compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: respeitar integralmente a Resolução n. 137 do CONANDA e alterações e destinar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para o financiamento de ações governamentais e não governamentais relativas a:

I – desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II – acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órgão ou abandonado, na forma do disposto no artigo 227, § 3º, inciso VI, da Constituição Federal e do artigo 260, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária;

III – programas e projetos de pesquisa, de estudo, de elaboração de diagnósticos, sistemas de informação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV – programas e projetos de capacitação e formação profissional

continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI – ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

VII – despesas administrativas decorrentes do próprio funcionamento do fundo.

Parágrafo primeiro. O Município de Anchieta compromete-se com a seguinte obrigação de não fazer: não utilizar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo segundo. O Município de Anchieta compromete-se com a seguinte obrigação de não fazer: além das condições estabelecidas no parágrafo anterior, não utilizar os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I – transferência sem deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive no que concerne ao pagamento de diárias;

III – manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da

Criança e do Adolescente, inclusive no que concerne ao pagamento de diárias;

IV – financiamento de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V – investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Parágrafo terceiro. O cumprimento das obrigações da presente cláusula deverá ser demonstrado por meio de remessa de relatórios detalhados periódicos acerca da situação, manutenção e destinação dos recursos do FIA, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses.

**Cláusula 3ª.** O Município de Anchieta compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: transferir o saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o artigo 73 da Lei n. 4.320/1964, bem como transferir anualmente, no mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser depositado até o dia 30 de junho do respectivo ano, sem prejuízo da destinação de outras verbas, conforme previsto no Plano de Ação e no Plano de Aplicação.

Parágrafo único. O cumprimento da presente obrigação deverá ser demonstrado no mês de julho de cada um dos anos, por meio de remessa de extrato da conta bancária relativa ao FIA.

**Cláusula 4ª.** O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Anchieta, órgão deliberativo paritário, com representantes do Governo e da sociedade, compromete-se com as seguintes obrigações de fazer:

I – decidir sobre a aplicação de todo e qualquer recurso do FIA, escolhendo programas, elaborando planos de ação e aplicação e cancelando

projetos, sempre previamente à liberação de valores (Conselho vai dizer quanto de recursos será destinado para tal programa de atendimento e o órgão público irá proceder à liberação e ao controle dos valores dentro das normas legais e contábeis);

II – elaborar anualmente o Plano de Ação dos objetivos, das metas e das diretrizes estabelecidas pelo CDMCA e o Plano de Aplicação dos recursos existentes, de acordo com as prioridades e os objetivos fixados pelo CMDCA, respeitadas todas as vedações previstas na Resolução 137 do CONANDA, até o final do mês de julho, e remetê-los ao Prefeito Municipal de Romelândia a tempo de ser incluído no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício financeiro subsequente;

III – exercer o efetivo controle político finalístico dos gastos dos recursos do FIA, nos termos da Resolução n. 137 do CONANDA e alterações, representando ao Ministério Público diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência;

IV – realizar campanhas junto à comunidade para captação de recursos para o FIA, especialmente oriundos das declarações de Impostos de Renda.

**Cláusula 5ª.** O Município de Anchieta compromete-se com a seguinte obrigação de fazer: continuar incluindo anualmente o Plano de Ação e o Plano de Aplicação elaborados pelo CMDCA no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a ser encaminhado à Câmara Municipal de Vereadores.

**Cláusula 6ª.** O cumprimento das obrigações contidas nas cláusulas 4ª e 5ª deverá ser demonstrado por meio de relatório detalhado, a ser encaminhado a esta Promotoria de Justiça com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, descrevendo o cumprimento às mencionadas obrigações.

### **3 – DA MULTA COMINATÓRIA**

**Cláusula 7ª.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações pactuadas neste ajuste sujeitará os **COMPROMISSÁRIOS** e seu representantes signatários, solidariamente, conforme o caso, ao pagamento de multa cominatória mensal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) por obrigação violada, até o limite máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), exigível enquanto perdurar a violação, a serem destinados em benefício do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anchieta.

**Parágrafo único.** A multa estipulada nesta cláusula será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o signatário constituído em mora com o simples inadimplemento.

### **4 – DA POSSIBILIDADE DE ADITAMENTO**

**Cláusula 8ª.** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrarem tecnicamente necessárias.

### **5 – DA POSTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**Cláusula 9ª.** O **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor dos **COMPROMISSÁRIOS**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, comprometendo-se, também, a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, inclusive procedendo à sua eventual execução, caso haja necessidade.

## **6 – DA ABRANGÊNCIA**

**Cláusula 10ª.** Este título executivo não inibe ou restringe, em nenhum aspecto, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

## **7 – DA FORMAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL**

**Cláusula 11ª.** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na esteira do artigo 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e do artigo 784, inciso XII, do Código de Processo Civil, e será submetido à homologação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o artigo 9º, §3º, da Lei n. 7.347/85, o que não prejudica sua imediata eficácia.

**Cláusula 12ª.** Tratando-se o presente documento de título executivo extrajudicial e estando preenchidos os requisitos de certeza, liquidez e exigibilidade, os **COMPROMISSÁRIOS** ficam cientes da possibilidade de protesto do título em caso de descumprimento, conforme a Nota Técnica n. 01/2014/CCO e a Circular n. 127/2014 da Corregedoria-Geral de Justiça de Santa Catarina.

## **8 – DA ELEIÇÃO DO FORO**

**Cláusula 13ª.** Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta/SC para dirimir quaisquer questões oriundas deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

## **9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Cláusula 14ª.** O presente acordo representa apenas garantia



mínima, e não limite máximo de responsabilidade.

**Cláusula 15ª.** Este ajuste entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

Anchieta, 21 de maio de 2019.

**Saulo Henrique Alessio Cesa**  
Promotor de Justiça

**Município de Anchieta**  
Representado por Ivan José Canci

**Huberto Mathias Timm**  
Procurador do Município de Anchieta

**Ione Teresinha Presotto**  
Presidente do CMDCA

**Ademar Coradini Junior**  
Testemunha

**Mayara Smaniotto**  
Testemunha